

## **Educação Profissional da Bahia:** uma concepção emancipatória Ruy José Braga Duarte

### **Como citar:**

DUARTE, Ruy José Braga. Educação Profissional da Bahia: uma concepção emancipatória. *In*: LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação profissional no Brasil do século XXI**: políticas, críticas e perspectivas: vol. 2. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 193-218. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-344-1.p193-218>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# Capítulo 7

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA: UMA CONCEPÇÃO EMANCIPATÓRIA

*Ruy José Braga Duarte*

**RESUMO:** O presente artigo enquanto síntese de uma proposta curricular para a educação profissional da Bahia implantada entre 2008 – 2016, busca explicitar como a aplicação da proposta caminhou no sentido de uma educação emancipatória para os estudantes da rede pública estadual de educação profissional. Tal iniciativa proporcionou possibilidades e ampliação do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado, enquanto política de governo, assim como, incrementou uma concepção contra hegemônica de educação profissional para a classe trabalhadora e seus filhos. Nesse sentido, a realização de práticas educativas de cunho social são possibilidades concretas da relação trabalho/ educação para a formação dos estudantes e na implementação de políticas públicas para além da hegemonia do capital.

**PALAVRAS – CHAVES:** Educação Profissional da Bahia; Educação emancipatória; Currículo.

## 1 INTRODUÇÃO

A política de territorialização implantada no Estado da Bahia, a partir da Lei do Plano Plurianual de 2008 (Lei nº 10.705, de 14/11/2007), e, hoje, pela Lei 13. 214/2014, contribui para que a Secretaria da Educação da Bahia (SEC/Ba), através da Superintendência de Educação Profissional (Suprof) crie Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional vinculados a eixos tecnológicos e cursos definidos pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, formando a juventude e adultos dos 27 Territórios de Identidade (TI) atendendo assim, diversas demandas historicamente reprimidas do mundo do trabalho.

O presente artigo traz fragmentos da tese de Doutorado defendida no ano pandêmico de 2021, período em que o mundo atravessa uma profunda crise de saúde com a Covid-19 onde mais de 4 milhões de pessoas perderam a vida e no Brasil, particularmente, são mais de 560 mil famílias que perderam seus entes queridos.

Foi aplicado um questionário, de forma virtual, a um universo 2.500 estudantes egressos que frequentaram curso técnico de nível médio na rede pública estadual de Educação Profissional da Bahia, beneficiários de uma política de educação, emprego e renda - Programa Primeiro Emprego. Deste universo, retornaram e foram analisadas 806 respostas dos estudantes.

Trataremos neste artigo como foi desenvolvida a formação dos estudantes partindo de uma concepção pedagógica contra hegemônica sob o horizonte de uma educação omnilateral, ou seja, educação integral e integrada com base nas dimensões do trabalho, ciência e cultura.

A partir de concepção de educação profissional emancipatória da educação profissional técnica de nível médio desenvolvida no Estado da Bahia, exibida no contexto do currículo, da matriz curricular e da fala dos egressos, buscamos responder como a política de educação profissional técnica de nível médio pública estadual da Bahia construiu um percurso de formação integral e integrada para os trabalhadores e seus filhos frente à hegemonia da formação individualista, meritocrática e baseada na pedagogia das competências desenvolvida na formação básica dos estudantes da rede pública durante décadas?

A Superintendência insere na educação da Bahia um conjunto de ações nas esferas administrativa, financeira e pedagógica a fim de descentralizar, desburocratizar e dinamizar o fluxo de informações e atividades determinantes para o bom desenvolvimento e desempenho das escolas. Deste universo destacamos a transformação das escolas em Centros de Educação Profissional, a implantação de vice-diretores administrativo-financeiro, do mundo do trabalho e pedagógico, além da concepção pedagógica centrada no trabalho como princípio educativo e a intervenção social enquanto princípio pedagógico.

A gestão da estrutura dos centros se amplia e especifica-se ao determinar funções para seus membros observando a totalidade do processo de gestão escolar sem, no entanto, enfraquecer a particularidade de cada ator. A vice-direção administrativa-financeira tratava das ações relativas ao aparato administrativo e da saúde financeira do centro contribuindo significativamente com o pedagógico; a vice-direção do mundo do trabalho arcava com a responsabilidade de acolher, orientar, buscar e encaminhar os estudantes para os estágios cumprindo com os preceitos da relação trabalho e educação e a vice-direção pedagógica com a incumbência de desenvolver junto com a coordenação pedagógica atividades e ações específicas para a formação do sujeito histórico, sempre observando o trabalho enquanto princípio educativo, partindo dos pressupostos de Antônio Gramsci e Paulo Freire, no sentido de uma educação profissional emancipatória.

## **2 A REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA BAHIA**

Após as eleições de 2006, o Governador eleito Jaques Wagner, realiza na educação da Bahia uma ampla reforma administrativa onde a educação profissional implementada através da Lei estadual nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, a Lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, antes uma coordenação, eleva-se à Superintendência na estrutura da Secretaria de Educação da Bahia - SEC/Ba para tratar exclusivamente de assuntos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inicia-se, a partir de uma decisão política consciente e concepções fundamentadas em propostas inovadoras, uma profunda reformulação da rede pública estadual de

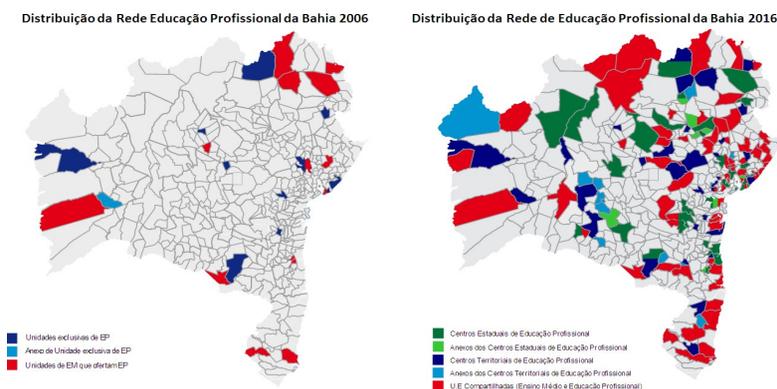
educação profissional do Estado da Bahia, apoiada principalmente no Plano Nacional de Qualificação - PNQ 2003-2007 e no Decreto 5154/2004 (BRASIL, 2003, 2004), consolidação a Educação Profissional como uma política pública de governo no Estado da Bahia.

Ao criar a superintendência, a Secretaria da Educação demonstra a prioridade em atender a uma demanda reprimida de educação para o trabalho, com a divisão da Bahia em 27 Territórios de Identidade a aplicação de políticas específicas tanto na implantação quanto na ampliação se deu de forma gradual a partir de 2008, com o objetivo de atingir todos os territórios com cursos técnicos, favorecendo ao público interessado em ingressar na rede de educação profissional.

Os cursos foram ofertados em diversas formas de articulação com prioridade para a integrada. A partir de 2012 o Proeja passa a ocupar destaque, com a supremacia do Médio Integrado.

Esta opção e com a expansão territorial da educação profissional, distribuídas em Centros estaduais e territoriais, anexos de Centros e Unidades Escolares compartilhadas, mostra a evolução das matrículas em coerência. Durante a ampliação da rede a partir da transformação de Unidades Escolares em Centros de Educação Profissional, há um crescimento da oferta no estado da Bahia conforme Mapa 1.

**Mapa 1** – Distribuição da rede estadual de Educação profissional técnica de nível médio (2006-2016)



Expansão da rede estadual de Educação Profissional 2006 e 2016.

Fonte: BAHIA, 2016.

O salto nas matrículas entre 2008 e 2016 (13.514 e 68.953) respectivamente, equivale a um crescimento de 510,24%, a transformação de escolas em Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional (71 CEEP's e CETEP's) revela a assertividade e importância da interiorização da educação profissional e a diversificação das formas de articulação, como também o desenvolvimento das matrículas segundo a modalidade da oferta. Ao mesmo tempo, as matrículas no Brasil, foi crescente no período, porém em ritmo menor em relação à Bahia, 323 mil matrículas em 2008 e 565 mil matrículas em 2016, crescimento de 57,16%. Enquanto, por um lado, a Bahia prioriza a modalidade integrada, no conjunto dos estados da federação o crescimento se efetiva na modalidade subsequente, sendo esta modalidade a propulsora da educação profissional que fortalece o distanciamento entre ensino básico e ensino profissional.

O aglomerado desta política pública na Bahia direcionou a Educação Profissional alcançar, em 2011, todos os TI do estado ampliando as possibilidades de formação para a juventude, atingindo o lugar de terceira maior ofertante de Educação Profissional do Brasil em número de matrícula, em 2013 consegue ascender ao patamar de segunda maior rede de educação profissional do País. Em que pese o Estado de São Paulo liderar o ranking da matrícula, esse patamar alcançado, está concentrado nos cursos de curta duração, diametralmente oposto ao da Bahia cujas matrículas se concentram, a partir de 2008, na forma de articulação da educação profissional integrada, ultrapassando o Estado do Paraná, este também concentrou esforço nessa forma de articulação.

A cultura organizacional de gestão configurado pela Suprof torna-se inovador na Secretaria da Educação para a rede de educação profissional, uma vez que se estrutura de forma específica e com funções bem definidas, a saber: a) uma Diretoria de Institucionalização da Educação Profissional – DIREPI, tem a responsabilidade de organizar a rede de Centros de Educação Profissional, a oferta dos cursos técnicos segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e as matrículas, assim como, a composição do corpo docente técnico; b) uma Diretoria de Gestão e Planejamento – DIRGEP com a finalidade de dar suporte pedagógico, gestão e planejamento aos gestores dos centros, assim como reorganizar as

matrizes curriculares de cada curso implantado na rede; c) uma Diretoria de Formação Inicial e Continuada – DIRFIC voltada para a continuidade da formação dos trabalhadores, e d) uma Diretoria de Desenvolvimento da EP – DIRDEP voltada para a área Administrativa Financeira, com objetivo de organizar, fiscalizar e acompanhar as ações financeiras dos Centros de Educação Profissional.

Assim a Superintendência estrutura equipes de trabalho para organizar oferta, acesso e o currículo de educação profissional técnica de nível médio, com perspectiva de formar sujeitos críticos, com visão de mundo e aptos para o mundo do trabalho. O faz inicialmente aproveitando as estruturas das Escolas Técnicas e equipamentos existentes transformando-as em Centros de Educação Profissional, integrando-se à proposta político pedagógica da Suprof, para cumprir com os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação - PNE (2001-2010) - Lei nº 010172/2001. Tais ações irão repercutir na proposta de currículo integrado, no trato do conhecimento e na organização do trabalho pedagógico.

Dentre as ações efetivadas pela Suprof em benefício da formação dos estudantes, destaca-se oficinas e encontros pedagógicos por eixos tecnológicos como marco para o currículo integrado na Bahia, visto que, um mesmo curso técnico em diferentes territórios de identidade, traziam matrizes curriculares, ementas e conteúdos diversificados evidenciando, as diferentes concepções adotadas pela rede para o perfil do egresso, como também não havia, integração curricular entre as disciplinas da educação básica e da formação técnica específica. As oficinas foram representativas para a unificação das ementas e matrizes curriculares dos cursos, veremos na sequência como a proposta curricular foi elaborada para atender de forma integrada a relação entre as disciplinas da Base Nacional Comum e as da Formação Técnica Específicas.

### **3 A PROPOSTA CURRICULAR DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA AO NÍVEL MÉDIO NO PERÍODO DE 2008-2016**

Sabemos que a construção de uma proposta curricular é sempre marcada por grandes disputas entre progressistas e conservadores. O

currículo experimentado na Bahia, foi oriundo da luta nacional pela Educação Integrada no ensino médio e na Educação Profissional, realizados por universidades, movimentos sociais e sindicais, entidades científicas, e de educadores como, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Lucília Machado, Almerico Biondi, Silvia Manfredi entre outros, que trazem uma referência contra hegemônica de currículo centrada na área trabalho e educação.

Na SEC/SUPROF, a diretriz da concepção de formação integrada para todos os estudantes dialoga com esta gama de referências, tendo em vista romper a dualidade entre o ensino médio e médio técnico e, se caracteriza como política pública quando abarca outras dimensões de gestão, como financiamento e formação de professores.

Em Saviani (2008, p. 16) vemos que o currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. É, portanto, a escola com a sua especificidade o local do conhecimento sistematizado, do trato científico, da cultura e do trabalho realizado através do currículo, e a educação «preocupa-se, antes de mais nada, em capacitar as pessoas a adquirir conhecimento que as leve para além da experiência pessoal, e que elas provavelmente não poderiam adquirir se não fossem à escola ou à universidade”. (YOUNG, 2014, p. 196)

Para garantir a sua especificidade, a escola deve desenvolver atividades essenciais para o conhecimento dos estudantes, onde essas atividades, sejam incorporadas ao currículo de forma sistemática e que atenda aos interesses da maioria, ou seja, a classe trabalhadora e seus filhos que em ampla maioria estudam na escola pública.

Entretanto, o que nos direciona à compreensão sobre a formatação de um currículo posto para a classe trabalhadora, está assentado em dois pilares antagônicos: o primeiro, que aponta a formação para o trabalho com o objetivo único de produzir mão de obra e assim atender aos interesses de mercado com ênfase no individualismo, na formação por competências voltadas para a empregabilidade, e o segundo de formar sujeitos capazes de inserir-se na vida produtiva, no mundo do trabalho, em condições de desenvolver a sua criticidade com possibilidades de emancipação da

condição de explorado, condição esta que coloca em disputa projetos para a formação da classe trabalhadora. Ramos, (2011, p. 45-46) nos ajuda a compreender tal situação.

Assim, a formação de trabalhadores, e suas dimensões tanto geral e cultural quanto específica para o exercício da vida produtiva, está no plano da disputa por hegemonia pelas classes burguesas e trabalhadora. Na perspectiva da primeira, a educação dos trabalhadores subsume-se à necessidade do Capital em reproduzir a força de trabalho como mercadoria. Ao contrário, a classe trabalhadora disputa um projeto educativo que possibilite sua formação como dirigentes visando à superação de sua dominação pela classe antagonista.

Na educação essa disputa ocorre, não somente no espaço e tempo do trabalho, mas também e, principalmente, por um projeto educativo assentado em abordagens críticas e não críticas, orientado não para formar para uma profissão específica, mas para resgatar a relação entre conhecimento e prática do trabalho.

De modo geral, nas abordagens não críticas, o termo *currículo* é utilizado para ordenar um determinado percurso, seja, de vida ou de uma carreira profissional. Na educação, o termo constitui-se também o sentido de formação da carreira acadêmica, sendo que a reunião dos títulos obtidos constrói o currículo do estudante, além disso, está colocado como a seleção de conteúdo, determinando o que deve ser abordado em cada fase da escolarização. É dessa forma que o conceito de currículo, dentro e fora da educação, é abordado.

Dito isto, o Coletivo de Autores (1992, p. 127), por exemplo, nos orienta, “currículo significa corrida, caminhada, percurso”, e conceitua, “o currículo escolar representaria o percurso do homem no seu processo de apreensão do conhecimento científico selecionado pela escola: seu projeto de escolarização”.

Importa, no entanto, discutirmos para que, para quem, quais os conteúdos e com quais intenções esse currículo está formatado, pois, na

esteira da concepção curricular, o horizonte está nos sujeitos que serão formados por este currículo, os sujeitos, não são neutros, são carregados de intencionalidades, assim como o currículo. Portanto, a proposta curricular apresentada para a rede estadual da Bahia, pela SUPROF, à Educação Profissional contém elementos que devem ser analisados com atenção.

O currículo determina que conteúdos serão abordados e, ao estabelecer níveis e tipos de exigências para os graus sucessivos, ordem e tempo escolar, proporcionando os elementos daquilo que entenderemos como desenvolvimento escolar e daquilo em que consiste o progresso dos sujeitos durante a escolaridade. (SACRISTÁN, 2013, p.18).

Dessa forma, o trabalho pedagógico desenhado e orientado pelo currículo não é qualquer tipo de trabalho, atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional. Saviani (2008), como já sinalizado acima, currículo é “o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola”, significa dizer que é “[...] a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado”. (p.16), e que se faz necessário abrir o conhecimento às indagações instigantes que vêm do real vivido pelos próprios professores e alunos e suas comunidades; fazer das salas de aula um laboratório de diálogos entre conhecimentos (ARROYO, 2013, p. 38). Para desenvolver esta iniciativa, o currículo deve alicerçar e alimentar a produção do conhecimento através dos conteúdos escolares, mas não qualquer conteúdo, pois,

quando um currículo escolar tem como eixo a constatação, interpretação, compreensão e explicação de determinadas atividades profissionais, a reflexão pedagógica se limita à explicação das técnicas e ao desenvolvimento de habilidades, objetivando o exercício e o domínio por parte dos estudantes. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 27-28).

O trato do conhecimento se difere, conforme os objetivos das concepções de currículo que se apresentam para a formação dos sujeitos envolvidos e, nesse passo as disputas ganham intensidade, visto que a

direção que for dada para currículo determina o movimento das ações dos sujeitos na sociedade, o qual, é central para o desenvolvimento dos interesses de classe, como estamos numa disputa entre classes antagônicas - burguesia e trabalhadores - disputar a educação, a partir da formulação curricular para os filhos da classe trabalhadora significa disputar o projeto de educação e sociedade. Tal disputa está ligada a oferecer os conhecimentos mais amplos, consistentes e de forma sistematizada para que os envolvidos possam compreender todo o processo de construção da realidade.

Para percorrer este caminho, só será possível se o currículo for capaz de

[...] dar conta de uma reflexão pedagógica ampliada e comprometida com os interesses das camadas populares tendo como eixo a constatação, a interpretação, a compreensão e a explicação da realidade social complexa e contraditória. Isso vai exigir uma organização curricular em outros moldes, de forma a desenvolver uma outra lógica sobre a realidade, a lógica dialética, com a qual o aluno seja capaz de fazer uma outra leitura. Nesta outra forma de organização curricular se questiona o objeto de cada disciplina ou matéria curricular e coloca-se em destaque a função social de cada uma delas no currículo. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 28).

Na mesma direção, Malanchen (2016) afirma sobre o trabalho escolar:

Trabalhar na escola com os conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos requer a perspectiva histórica, materialista e dialética da objetividade e da universalidade do conhecimento; considerando-se tanto o vir a ser histórico da apropriação da realidade natural e social pelo pensamento como os vínculos entre o desenvolvimento do conhecimento e as demandas da formação humana, seja em termos do gênero humano ou em termos da formação de cada indivíduo. (MALANCHEN, 2016, p.170).

O trabalho em geral, em especial o escolar, a partir da perspectiva histórica, materialista e dialética não se resume em aplicação de técnicas, por explicações sem rigor, sem fazer ciência e sim com investigação minuciosa

e criteriosa do objeto trabalhado com atenção para não cair nas armadilhas do materialismo reducionista.

A dialética materialista como método de explicitação científica da realidade humano-social não significa, por conseguinte, 1. pesquisa do núcleo terreno das configurações espirituais (como supõe o materialismo reducionista, spinoziano, de Feuerbach); 2. Não significa emparelhamento dos fenômenos de cultura aos equivalentes econômicos (como ensinava Plekanov seguindo a tradição spinoziana), 3. Nem redução da cultura a fator econômico. *A dialética não é o método da redução: é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico.* (KOSIK, 1976, p. 39).

Cabe ressaltar, portanto, que nessa perspectiva de trabalho, buscar nexos e relações com o contexto apresentado é fundamental, visto que é materialista, pois é independente entre a matéria e o pensamento; é histórico por buscar o conhecimento através da história do objeto estudado e é dialético por relacionar o mais geral até o mais específico, de uma forma ampla, num movimento de ir e vir, estabelecendo relações entre o todo com a parte. Frigotto (1999, p. 3) diz que “para ser materialista e histórica tem de dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular”. Marx, Engels e Lênin foram bastante enfáticos no que diz respeito ao estudo do Capital, da Política e das Lutas de Classes. “A reivindicação da igualdade não se limitava aos direitos políticos, mas estendia-se às condições sociais de vida de cada indivíduo.” (ENGELS, 1980, p. 31). O método deve levar o pensamento para que sociedade queremos chegar. Ao fazer a opção, no currículo, pela utilização desse método, demonstra qual a concepção de homem e de história que se quer alcançar, posicionando os estudantes, no sentido de transformação da realidade com a práxis. Vale lembrar que a matéria a qual se refere Marx não é a matéria física e sim a matéria social. “[...] são os homens produzindo, em condições determinadas, seu modo de se reproduzirem como homens e de organizarem suas vidas como homens”. (CHAUÍ, 2008, p. 55).

Tendo como referência o método histórico-dialético e a pedagogia histórico-crítica, estamos considerando que a proposta de integração no currículo somente é possível se incorporada a toda a educação básica e aos conteúdos a concepção de formação politécnica, conjuntamente com a base unitária do conhecimento científico, artístico, filosófico, cultural e do trabalho como princípio educativo, inclusive para a compreensão da constituição da sociedade dividida em classes, logo, não negar à juventude essa incorporação é tarefa para o currículo, pois, caso contrário, estarão negando aos sujeitos a humanidade produzida historicamente, por consequência seu projeto de vida estará fadado à submissão ao Capital, na sua mais perversa forma, a exploração e, conseqüentemente, destinado ao fracasso.

Para configurar um currículo integrado nessa perspectiva é necessário a compreensão dos professores sobre a relação conteúdo e forma na dimensão do ensinar e aprender, o envolvimento e apreensão pelos estudantes na sua relação enquanto destinatário do saber sistematizado e a possibilidade de inserção dos estudantes ao mundo do trabalho com aplicação de tecnologias sociais envolvido de forma circular e espiralada com a qualificação do conhecimento através da ciência, cultura, tecnologia e trabalho. A proposta curricular desenvolvida pela Educação Profissional da Bahia transita por este modelo de integração representado na figura 1, o que demonstra a articulação de algumas categorias no currículo integrado.

**Figura 1** – Articulação realizada através do currículo escolar



Fonte: Duarte (2021).

A categoria *sociedade* se configura como totalidade dinâmica. Destacamos dois elementos que estão inseridos e contribuem significativamente no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes quando estes incorporam e se envolvem no contexto educacional: a família e a comunidade do entorno da instituição.

Ao tomarmos no currículo integrado o trabalho como princípio educativo central no processo de apropriação do conhecimento pelos estudantes, na sua relação com a escola e toda a sua dimensão espacial e temporal, entrelaçando a diversidade nela contida apoiada por professores na sua pluralidade pedagógica, unindo a afetividade familiar, fortalecendo a educação em um aspecto mais humano e solidário, construindo possibilidades reais de alcance dos objetivos traçados, no que diz respeito à inserção no mundo do trabalho como objetivo concreto, enriquece significativamente o processo formativo em suas múltiplas determinações. Deve-se valorizar a comunidade do entorno, e, não se distanciar por exclusão ou até mesmo apartar comunidade/escola, seja por sua imposição acadêmica, por divisão entre muros ou por situação socioeconômica, pois as categorias já sinalizadas apresentam, oportunizam a compreensão dialética de um intercâmbio entre escola e comunidade.

Nesse sentido, o currículo deve atender aos interesses da classe trabalhadora, assentado em formar indivíduos críticos com possibilidades de emancipação da condição de explorado, compreendendo como estão colocadas as disputas dos projetos entre as classes antagônicas. Ciavatta e Rummert (2010, p. 470) nos alerta que, “todas as relações pedagógicas são socialmente determinadas e constituem relações de forças que marcam uma dada sociedade e, conseqüentemente, os serviços sociais oferecidos à população, entre os quais, a educação”, e nessas relações, a classe dominante constrói a hegemonia na educação direcionando a formação dos trabalhadores e seus filhos.

Até 2008, a matriz curricular dos cursos técnicos de nível médio da Bahia distribuía os seus componentes curriculares em três partes - i) Base Nacional Comum, ii) parte diversificada com disciplinas caracterizadas como complementares e iii) parte profissionalizante

composta por disciplinas “Técnicas” para atender a especificidade de cada curso. A formação com base nessa estrutura curricular atendia de forma desarticulada tanto Educação Profissional quanto a Educação Básica. Os cursos apresentavam dicotomia entre formação geral e específica.

Em 2009, algumas alterações foram iniciadas no sentido de obter articulação entre as disciplinas da base nacional comum e as disciplinas da área técnica. Nesse sentido, alterou-se a parte diversificada da matriz curricular (2008), substituindo-a por componentes curriculares de Formação Técnica Geral - FTG<sup>1</sup>, aplicada em todos os cursos da rede estadual, que se constituirá juntamente com **a pesquisa e a intervenção social como princípios pedagógicos**, em elementos-chave para caracterizar a Educação Profissional da Bahia, com base no trabalho como princípio educativo e da educação emancipatória.

Com a inserção da FTG, algumas unidades escolares aumentaram o período para conclusão do curso, ou seja, o tempo de estudo passando de 3 (três) para 4 (quatro) anos, corroborando a ampliação do universo acadêmico dos estudantes. Esta orientação caminhou durante três anos. No ano de 2010, a SEC publica a Portaria 1128/2010, estabelecendo a Reorganização Curricular das Escolas da Educação Básica da Rede Pública Estadual, onde, em um dos artigos, trata sobre o currículo referenciado.

**Art. 4º** - A presente Portaria estabelece o **currículo referenciado**, com ênfase no cuidado para com os componentes da base nacional comum, sem nenhum componente de natureza estritamente profissional no segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio, exceto o vinculado diretamente com a formação profissional técnica de nível médio assegurado pela Superintendência de Educação Profissional – SUPROF. (BAHIA, 2010, p. 12).

---

<sup>1</sup> Os componentes curriculares integrantes da FTG – organização social do trabalho e organização dos processos de trabalho vinculadas à **sociologia**, assim como Direito do trabalho e metodologia científica vinculadas à **filosofia**– vêm da noção construída nas experiências de elevação de escolaridade do movimento sindical, que teve a participação da COPPE/UFRJ, associando-as com a sociologia e filosofia do ensino médio.

Nessa Portaria, a SEC prioriza os componentes curriculares da Base Nacional Comum, acarretando uma hierarquização das disciplinas no currículo, como justificativa de alcance da ordem social, como disposto.

Parágrafo único – Entende-se como currículo referenciado o que privilegia a ênfase nos componentes curriculares da base nacional comum, vistos como fonte técnica de apropriação dos conteúdos universalmente aceitos para a estruturação dos currículos escolares e, sobremaneira, o alcance disso na ordem social, em que a escola formal se constitui em um dos elementos essenciais. (BAHIA, 2010. p.12).

No entanto, a Educação Profissional segue as diretrizes nacionais e as resoluções do CNE. A referida Portaria tensiona as relações entre os componentes curriculares da Base Nacional Comum e da Formação Técnica Específica, impactando a proposta de integração com os componentes das disciplinas técnicas, em elaboração.

Após inúmeros debates e encontros, estudos, reuniões e discussões com os professores, coordenadores e gestores da rede de ensino do Estado da Bahia, acumulando conhecimento e experiências do vasto e diverso território baiano, a SUPROF formata uma nova proposta de matriz curricular unificada conforme as características dos cursos ofertados. A nova proposta, a partir de seus idealizadores, teria capacidade de romper a dualidade histórica de maneira estruturada e coletiva, como a separação entre as ciências naturais e humanas, a oposição entre teoria e prática, a dicotomia entre conhecimentos gerais e específicos, respeitando as particularidades das escolas e singularidades dos sujeitos históricos e as características de desenvolvimento local dos municípios nos Territórios de Identidade da Bahia, bem como unificar a proposta para todos os cursos, com o objetivo de possibilitar a movimentação dos estudantes por todo estado, sem prejuízo para a sequência dos estudos.

Então, a SUPROF resgata a concepção da Educação Profissional das forças progressistas em disputa nacional e estadual, em oposição à concepção dominante de educação e de construção curricular, para implantar a

política de formação integrada. Assim, valendo-se de categorias tais como: *mundo do trabalho em vez de mercado de trabalho, Educação Profissional, em vez de ensino profissionalizante, direito/oportunidade/política pública em vez de empregabilidade/teoria do Capital humano e principalmente, o conceito sociológico de **qualificação** e a **educação unitária**, em oposição ao modelo de competências.*

A publicação da instrução normativa 03/2009 orienta a organização curricular da Educação Profissional da Bahia:

Art. 1º A matriz curricular dos Cursos de Educação Profissional, referenciados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, nas diversas modalidades, deverá contemplar todas as disciplinas da Base Nacional Comum, as disciplinas da Parte Diversificada/Formação Técnica Geral e da Parte Profissional/Formação Técnica Específica de acordo com o curso profissional técnico adotado. § 1º A Formação Técnica Geral caracteriza-se por um conjunto de conhecimentos de caráter **sócio-técnico relativos ao trabalho, que perpassam todas as áreas de ocupação e que são necessários para qualquer tipo de inserção no mundo do trabalho (assalariado, de forma autônoma ou por meio da economia solidária).** § 2º A Formação Técnica Geral, enquanto estratégia metodológica de integração de conhecimentos no currículo e abordagem e/ou introdução ao mundo do trabalho, deverá ser utilizada nos currículos integrados como conhecimentos-ponte entre a formação geral (Educação básica) e a formação específica, que pode ser concebida na forma de arcos ocupacionais. § 3º A Formação Técnica Específica - FTE contempla o conjunto de conhecimentos e práticas indispensáveis para a inserção dos educandos/as nos conhecimentos e técnicas inerentes à sua formação profissional, devendo dialogar com a Base Nacional Comum e a Formação Técnica Geral, propiciando aos educandos/as a qualificação sócio-técnica necessária à atuação no Mundo do Trabalho. § 4º As unidades escolares que oferecem Educação Profissional devem obrigatoriamente contemplar, nas disciplinas ofertadas, a revisão dos conteúdos do ensino fundamental e/ou médio necessários para a aprendizagem dos novos conhecimentos. (BAHIA, 2010, p.173, grifos nossos).

A elaboração da matriz curricular (figura 2), em três blocos de componentes que se relacionam Base Nacional Comum (BNC), que são garantidos pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), insere a Formação Técnica Geral (FTG), como fundante para todos os cursos, haja vista conter os componentes curriculares necessários para tratar dos aspectos particulares da área profissional e também da relação trabalho e educação na especificidade da qualificação, como também funcionaria como eixo básico comum realizando articulação entre Base Nacional Comum e Formação Técnica Específica, através das disciplinas do eixo Formação Técnica Geral.

E, por fim, no terceiro bloco, a Formação Técnica Específica (FTE), organizada por duas dimensões interdependentes, cujos componentes curriculares estão ligados aos cursos com estreita habilitação Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Conforme documento da Suprof (BAHIA, 2013), a Categoria Curricular presente no bloco dos componentes curriculares da FTE é dividida da seguinte forma: i) **Contextualização**, composto por componentes que fazem relação com o processo histórico e social, à luz das necessidades humanas e das transformações da sociedade; ii) **Fundamento**, conjunto de componentes voltados para os conhecimentos de base essencial, que tratam da razão de ser de determinado curso, área de conhecimento, ou profissão; iii) **Tecnológicos**, no qual estão os componentes que favorecem os resultados práticos no desempenho da profissão, expressam-se no contexto socioambiental, econômico e contribuem com as transformações da realidade conhecida; e o iv) **Instrumental**, onde os componentes desta categoria estimulam o desenvolvimento de habilidades para execução dos conhecimentos técnicos, tecnológicos e científicos de forma articulada para que assim possam promover a organização pedagógica entre teoria e prática, proporcionando assim, aos estudantes, conhecimento e diálogo com o curso técnico da sua escolha, sabendo da sua importância histórica e as possibilidades de inserir-se no mundo do trabalho.

## Figura 2 – Matriz Curricular

SUPROF – Superintendência de Educação Profissional											
CENTRO/UEE:				<b style="color: red;">ATENÇÃO</b>  Esta matriz aplica-se única e exclusivamente para as turmas do CEEP em Controle e Processos Industriais Newton Sucupira que INICIARÃO no ano letivo de 2012.							
MUNICÍPIO:											
DIREC: TERRITÓRIO DE IDENTIDADE:											
EIXO: Controle e Processos Industriais											
CURSO: Técnico em Eletrotécnica											
TURNO: Diurno		MODALIDADE: EPI 30 Horas									
DISCIPLINAS		CARGA HORÁRIA SEMANAL E ANUAL								CH TOTAL	
		1.ª Série		2.ª Série		3.ª Série		4.ª Série			
		Semanal	Anual	Semanal	Anual	Semanal	Anual	Semanal	Anual		
Base Nacional Comum - BNC	Arte	0	0	0	0	0	0	3	120	120	
	Biologia	2	80	2	80	2	80	0	0	240	
	Educação Física	2	80	2	80	0	0	0	0	160	
	Filosofia	2	80	0	0	0	0	0	0	80	
	Física	2	80	0	0	2	80	0	0	160	
	Geografia	2	80	2	80	0	0	0	0	160	
	História	2	80	0	0	3	120	0	0	200	
	Língua Estrangeira Moderna	2	80	2	80	2	80	0	0	240	
	Língua Portuguesa e Redação	2	80	2	80	2	80	3	120	360	
	Matemática	2	80	3	120	3	120	3	120	440	
Química	2	80	0	0	3	120	0	0	200		
Sociologia	2	80	0	0	0	0	0	0	80		
<b>Estudos Orientados (EO) na Base Nacional Comum</b>		-	40	-	40	-	40	-	40	160	
<b>Carga Horária da BNC subtotal por Série</b>		<b>22</b>	<b>920</b>	<b>13</b>	<b>560</b>	<b>17</b>	<b>720</b>	<b>9</b>	<b>400</b>	<b>2600</b>	
Formação Técnica Geral - FTG	Biologia – Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho	2	80	0	0	0	0	0	0	80	
	Filosofia – Ética e Direito do Trabalho	0	0	2	80	0	0	0	0	80	
	Filosofia – Metodologia do Trabalho Científico	0	0	0	0	2	80	0	0	80	
	Informática – Inclusão Digital	2	80	0	0	0	0	0	0	80	
	Sociologia – Organização dos Processos de Trabalho	0	0	2	80	0	0	0	0	80	
	Sociologia – Organização Social do Trabalho	0	0	0	0	0	0	2	80	80	
	<b>Estudos Orientados (EO) na Formação Técnica Geral</b>		-	20	-	20	-	20	-	20	80
	<b>Carga Horária da FTG subtotal por Série</b>		<b>4</b>	<b>180</b>	<b>4</b>	<b>180</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>560</b>
Formação Técnica Específica - FTE Categorias Curriculares	Conteúdo- Educação	Gestão da Qualidade, Segurança e Meio Ambiente	0	0	2	80	0	0	0	80	
		Gestão de Negócios e Empreendedorismo (Individual e Coletivo)	0	0	0	0	0	0	3	120	120
	Fundamentos	Desenho Técnico	0	0	2	80	0	0	0	0	80
		Conversão de Energia	0	0	2	80	0	0	0	0	80
		Eletroeletrônica	2	80	2	80	0	0	0	0	160
	Tecnologias	Eletrotécnica Geral	2	80	3	120	0	0	0	0	200
		Máquinas Elétricas	0	0	0	0	0	0	3	120	120
		Eletroeletrônica Industrial	0	0	0	0	3	120	0	0	120
	Instrumentais	Redes de Distribuição	0	0	0	0	0	0	3	120	120
		Instalações Elétricas de Baixa Tensão	0	0	0	0	3	120	3	120	240
Comandos Elétricos		0	0	0	0	3	120	2	80	200	
	Automação Industrial	0	0	0	0	0	0	3	120	120	
<b>Estudos Orientados (EO) na Formação Técnica Específica</b>		-	40	-	40	-	40	-	40	160	
<b>Carga Horária da FTE subtotal por Ano</b>		<b>4</b>	<b>200</b>	<b>11</b>	<b>480</b>	<b>9</b>	<b>400</b>	<b>17</b>	<b>720</b>	<b>1800</b>	
Estudos Interdisciplinares (EI)	Pesquisa, Orientação Profissional e Iniciação Científica	-	-	1	40	1	40	1	40	120	
	Intervenção Social, Tecnologia Social, Atividade de Campo e Visitas Técnicas	-	-	1	40	1	40	1	40	120	
<b>Carga Horária dos EI subtotal por Ano</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>80</b>	<b>2</b>	<b>80</b>	<b>2</b>	<b>80</b>	<b>240</b>	
Estudos Complementares (EC)	Base Nacional Comum/BNC e Formação Técnica Geral/FTG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Formação Técnica Específica/FTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Carga Horária da BNC + FTG + FTE + EI subtotal por Ano</b>		<b>30</b>	<b>1300</b>	<b>30</b>	<b>1300</b>	<b>30</b>	<b>1300</b>	<b>30</b>	<b>1300</b>	<b>5200</b>	
Estágios	Estágio de Observação	-	0	-	100	-	0	-	0	100	
	Estágio de Participação	-	0	-	0	-	100	-	200	300	
<b>Carga Horária Total dos Estágios</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>200</b>	<b>400</b>	
<b>Carga Horária Total, incluindo Estágios</b>		<b>30</b>	<b>1300</b>	<b>30</b>	<b>1400</b>	<b>30</b>	<b>1400</b>	<b>30</b>	<b>1500</b>	<b>5600</b>	

**Notas Explicativas:**  
**Estudos Orientados (EO)** = horas extraclasses destinadas às atividades pertinentes aos componentes curriculares da Base Nacional Comum/BNC, da Formação Técnica Geral/FTG e da Formação Técnica Específica/FTE, com a finalidade de ampliar os conhecimentos práticos e teóricos, compreendendo entre outros: roteiro de estudos, visitas técnicas, participação em seminários, congressos, encontros, feiras.  
**Estudos Interdisciplinares (EI)** = horas semanais presenças e adicionais extraclasses, objetivando a integração curricular através de práticas pedagógicas de pesquisa, iniciação científica, orientação profissional, intervenção social, desenvolvimento de tecnologias sociais, atividades de campo e visitas técnicas.  
**Estudos Complementares (EC)** = período destinado apenas aos estudantes que precisarem a cada unidade, módulo ou semestre estudado, rever os conhecimentos trabalhados (recuperação paralela, dependência), ou ainda para cumprimento de carga horária deficitária em algum componente curricular da BNC, da FTG ou da FTE.  
**Estágio de Observação** = etapa inicial do estágio na qual o/a estudante observa, indaga, questiona as rotinas, procedimentos e práticas do seu futuro campo de trabalho.  
**Estágio de Participação** = etapa conclusiva do estágio na qual o/a estudante vivencia situações reais de trabalho sob supervisão do/a professor/a orientador/a de estágio, podendo ser realizado em: Instituições e Empresas Públicas ou Privadas, ONGs, Cooperativas, Associações e caracterizando-se como Estágio Social quando desenvolvido em Comunidades, em Assentamentos, em Movimentos Sociais entre outros.

Fonte: Duarte (2021)

A forma como a EP/Ba organizou o currículo integrado, os componentes curriculares e a distribuição de carga horária, por ano e por categoria, demonstra como a organização do Ensino Médio Integrado na Educação Profissional da Bahia se expressa. O modelo de matriz curricular adotado busca a materialização, na escola, de uma educação emancipatória de base dialética reunida no conjunto dos elementos pedagógicos que a compõem e um rigoroso trato com o conhecimento para o desenvolvimento da formação.

Tal iniciativa altera a lógica de concepção de educação, exigindo referencial teórico-metodológico, orientado à recuperação do conhecimento e da prática do trabalho vinculado à intervenção social, ou seja, o ensino e o conteúdo desenvolvidos nas instituições e apreendido pelos estudantes vislumbrando efetivo retorno social. Essa condição está aliada aos cinco passos de sistematização do conhecimento na relação aprendizagem e ensino, sinalizado em Saviani (1984), onde parte da prática social, da problematização, da instrumentalização e da catarse e retorna à sociedade através da prática social ressignificada, entendendo que os estudantes são sujeitos históricos, fortalecidos pela sua identificação com seus territórios, compreendendo assim, a realidade social e os desafios da profissão. Dos egressos pesquisados 45% destes responderam que participaram de projeto de intervenção social.

Uma das perguntas do questionário aplicado aos egressos da educação profissional ao indagar sobre qual o tipo de compreensão a formação profissional proporcionou, constatamos a predominância da realidade cultural, econômica e profissional, gráfico 1.

**Gráfico 1** - Compreensão proporcionada pela formação profissional (%)

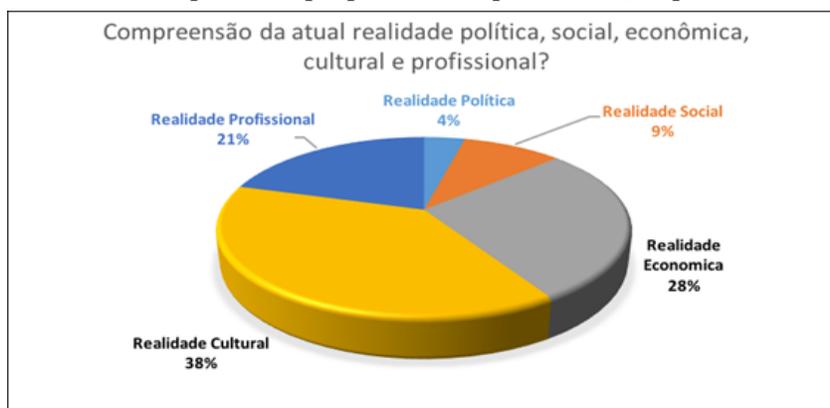


Gráfico 1 - Compreensão proporcionada pela formação profissional (%)  
Fonte: Duarte (2021).

Obtivemos também relatos que evidenciaram a relevância da formação técnica para compreender a **realidade política, social, econômica, cultural e profissional**, assim explicitadas:

Durante a minha formação técnica pude perceber a importância e a realidade da nossa saúde pública. Na área da saúde as Políticas Sociais são políticas públicas destinadas ao bem-estar geral da população, a realidade econômica além de encontrar-se com muitas dificuldades e falta de estrutura, a saúde do nosso país também tem enfrentado um problema gravíssimo, que são os desvios de verbas destinados à saúde. É de fundamental importância que os profissionais de saúde, os quais lidam diariamente com pessoas de diferentes culturas, possam adotar em suas práticas de saúde um cuidado cultural. Ao nos tornarmos um profissional de saúde aprendemos a ter mais ética, ser mais solidários e ajudar sempre o próximo. (E p. 87).

Nessa direção, vemos no relato uma preocupação com a totalidade social nos termos de Ciavatta *et al* (2019, p.19). “A totalidade social construída não é uma racionalização ou modelo explicativo, mas um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação

dos sujeitos sociais”. As evidências foram postas pelos egressos na questão ética profissional, quer seja no trato do conhecimento e dos bens públicos, como também na mudança das ações axiológicas, alterando seus valores perante a sociedade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O esforço realizado pela Educação Profissional da Bahia para implantar uma educação emancipatória no sentido de qualificar a formação dos estudantes da escola pública se tornou revolucionário. Já que, a precariedade da infraestrutura como as de laboratórios, bibliotecas, espaços pedagógicos complementares e recursos pedagógicos diminuem as possibilidades de aproximação dos estudantes ao conhecimento elaborado no seu mais alto grau.

Dizemos isto por compreendermos que, no modo de produção vigente, o trabalho está subsumido à categoria econômica e as forças produtivas direcionam a educação da classe dominante e da classe dominada, de forma dual e desigual.

A proposta implantada, direciona para outra lógica de compreensão da realidade político-pedagógica de crescimento e desenvolvimento cultural, social, intelectual e econômico da classe trabalhadora, assim como a construção da sua autonomia. Pois, ao incorporar a intervenção social como princípio pedagógico e o trabalho como princípio educativo, possibilitando o desenvolvimento intelectual e social dos estudantes, elevando-os à potência de construtores do seu próprio destino, coloca o Estado da Bahia como pioneiro na implantação de uma matriz curricular integrada, inovadora e revolucionária, enriquecendo as ações pedagógicas no interior das instituições.

Consideramos que a Educação Profissional da Bahia, 2008/2016, portanto, identifica-se claramente com o polo contra hegemônico, esse polo atende à juventude, contemplando as diferentes classes sociais e territórios, ou seja, contempla o público de grandes e pequenas cidades,

seja da área urbana ou rural, busca uma relação com políticas de trabalho, emprego e renda, considera as questões da diversidade e relações étnico-raciais, considera a população de adultos que não concluiu a educação básica, priorizando a Educação de Jovens e Adultos (EJA), propõe maior interiorização e distribuição entre os territórios de cursos técnicos de nível médio, e ênfase na escola pública com especialidades multitemáticas.

Contudo, a partir do 2º semestre de 2016, a política de educação do estado, em particular, a Educação Profissional inicia um ciclo de mudança na concepção administrativa e pedagógica, provocando uma transformação na rede. Com a substituição do Secretário da Educação as suas Superintendências são alteradas e com elas a política de educação e da educação profissional, alterando o currículo e implantando a lógica do empreendedorismo através de parcerias com ONG's e Instituições privadas sem “*expertise*” em Educação Profissional. Com o golpe parlamentar de 2016, as rupturas na estrutura educacional com a Contrarreforma do Ensino Médio foram sendo implantadas, na Educação Profissional ocorre através do Mediotec.

Aprendemos que quando se quer finalizar alguma política pública de forma rápida e estanque, corta-se os recursos. Este foi o mecanismo utilizado na instância Federal e as prioridades de financiamento na educação foram abortadas pelo golpe empresarial-midiático-parlamentar de 2016 afetando a formação dos trabalhadores e a condição de vida dos profissionais envolvidos no processo formativo, com a orientação fundo monetarista de ajuste estrutural, através da Emenda Constitucional Nº 95/16.

Na Bahia com a alteração administrativa da Secretaria da Educação da Bahia e do modelo da gestão administrativa, financeira e pedagógica da Educação Profissional, decidiu-se pela suspensão de repasse direto da verba da Educação Profissional para os Centros de Educação Profissional, apesar do orçamento anual ter aumentado.

Esta modificação no gerenciamento do recurso da Educação Profissional nos CEEP's e CETEP's interferiu na lógica de funcionamento

das instituições, uma vez que, obrigatoriamente os planejamentos foram alterados, colocando mais um elemento de dificuldade na gestão escolar.

O direito à formação básica, garantido na Constituição e na LDB, perpassa por construir as condições necessárias para o acesso e permanência dos filhos e filhas da classe trabalhadora que frequentam a escola pública. Para tanto, requer a superação do que determina a escola capitalista através das pedagogias hegemônicas e da definição dos conteúdos escolares que interessam às classes dominantes, negando de maneira sistemática os conhecimentos necessários para o desenvolvimento humano integral da classe trabalhadora, tão importantes para definição da construção do seu próprio destino. Estes conhecimentos devem ser selecionados a partir da premissa do que é fundamental aprender em cada etapa escolar, sem secundarizar os conhecimentos básicos de cada disciplina curricular. Portanto, não será somente a partir do Estado Capitalista que teremos que disputar o direito a outro conteúdo e forma de se educar, mas é, especialmente por meio da luta social e popular, por uma educação referendada pela classe trabalhadora que essa luta será travada entre a sociedade civil e a sociedade política, como também por meio dos organismos de classe que defendem os direitos e interesses dos trabalhadores.

A concepção de educação emancipatória na Bahia é um conceito em construção e disputa ainda a ser dominado em grau político-pedagógico pelos diferentes sujeitos escolares para que assim possamos disputar no interior da construção educacional os argumentos necessários para consolidação da emancipação da classe trabalhadora e seus filhos. Em que pese os desafios e dificuldades, tem sido ofertado de forma regular, não sem contradições, porque versa na política aqui tratada a necessidade de superar as ambiguidades de conceitos que estão presentes nas atividades pedagógicas. Porém como parte da educação básica de direito social e subjetivo o ensino médio é visto como estratégico na travessia para a universalidade e para a educação omnilateral. A educação profissional como parte integrante da educação básica é uma possibilidade, para os trabalhadores na institucionalidade do Estado, em meio a luta de classe. Cabendo ao Estado, desenvolvê-la com perenidade através de políticas públicas eficazes, e dando as condições processuais para uma política de integração.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BAHIA. Portaria Nº 1.128/2010 - Reorganização Curricular das Escolas da Educação Básica da Rede Pública Estadual. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 2010. Disponível em: [http://www.sec.ba.gov.br/jp2011/legislacao/PORTARIA\\_N\\_\\_1.128\\_de\\_janeiro\\_de\\_2010.pdf](http://www.sec.ba.gov.br/jp2011/legislacao/PORTARIA_N__1.128_de_janeiro_de_2010.pdf). Acesso em: 25 jul. 2019.
- BAHIA. Secretaria de Educação da Bahia - Superintendência de Educação Profissional da Bahia - Suprof. 2016. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/midias/images/imagens-educacao-profissional>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- BAHIA. Secretaria de Educação da Bahia – Superintendência de Educação Profissional da Bahia – Suprof. **Diretrizes da educação profissional da rede Pública do Estado da Bahia**: fundamentos Filosófico-pedagógicos. 2013. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/principiosediretrizesep>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Plano Nacional de Qualificação**: PNQ, 2003-2007. Brasília: MTE, SPPE, 2003.
- BRASIL. **Decreto 5154/2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da 178 educação nacional, e dá outras providências. Presidência da República: Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cad=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj81pLGm5LcAhVI-g5AKHVS4CwgQFggoMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.planalto.gov.br%2Fccivil\\_03%2F\\_ato20042006%2F2004%2Fdecreto%2Fd5154.htm&us-g=AOvVaw3XdOXDjDzyi1fCujWSZ\\_O](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cad=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj81pLGm5LcAhVI-g5AKHVS4CwgQFggoMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.planalto.gov.br%2Fccivil_03%2F_ato20042006%2F2004%2Fdecreto%2Fd5154.htm&us-g=AOvVaw3XdOXDjDzyi1fCujWSZ_O). Acesso em: 16 mar. 2018.
- CHAUÍ, M. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção primeiros passos, 13).
- CIAVATTA, M; RUMMERT, S. M. As Implicações Políticas e Pedagógicas do Currículo na Educação de Jovens e Adultos Integrada à Formação Profissional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a09.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- CIAVATTA, M. *et al.* **A historiografia em trabalho-educação**: como se escreve a história da educação profissional. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação** Física. São Paulo. Cortez, 1992.
- DUARTE, R. J. B. **A formação dos estudantes na educação profissional técnica integrada ao nível médio da rede pública do estado da Bahia - 2008 a 2016**: contradições e possibilidades de uma educação emancipatória. 2021. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

- ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global Editora, 1980. (Coleção bases, 13).
- FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 71-90.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MALACHEN, J. **Cultura, conhecimento e currículo**: contribuições da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Editora Autores Associados, 2016.
- RAMOS, M. Referências formativas sobre práticas em educação profissional: a perspectiva histórico-crítica como contra-hegemonia às novas pedagogias. *In*: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (org.). **Filosofia da Práxis e didática da educação profissional**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2011. p. 45-65. (Coleção Educação Contemporânea).
- SACRISTÁN, J. G. (org.). **Saberes e Incertezas Sobre o Currículo**. Porto Alegre: Editora Penso, 2013.
- SAVIANI, D. **A pedagogia do Brasil**: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1984.
- YOUNG, M. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. Tradução Leda Beck. Revisão técnica e notas Paula Louzано. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 151, p. 190-202, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/4fCwLLQy4CkhWHNCmhVhYQd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

